

ATA Nº 04/2020 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às quatorze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, localizada na Rua 1822, número 1510, neste município, os representantes do Conselho Municipal de Saúde. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros:** Mateus Canton Markoski (Suplente/Secretaria de Saúde); Kaita Helen Testoni (Titular/HMRC); Marcelo dos Santos (Suplente/HMRC); Ilva Martins (Titular/Secretaria de Saúde); Gustavo Ramalho Bisi (Titular/Secretaria de Saúde); Otavio José Zini Vieira (Titular/Associação Amigos e Tribos); Suzany de Fátima Henschoste Olibone (Titular/COOPERMAR); Marcos Domainski (Titular/Comunidade Terapêutica Viver Livre); Gévelyn Cássia Almeida (Titular/ICED); Henrique Manoel Alves (Titular/OAB); Paula Fernandes Zampieri Weiss (Suplente/NUCRESS); Alceu Gaulke (Suplente/CONTER); Claudemir Gonçalves (Titular/CRP 12ª Região); Eliz Marine Wiggers (Suplente/CRP 12ª Região); Natalie Steil (Titular/CRBM-5). Ocorre a transmissão online, ao vivo, O presidente interino Henrique inicia a reunião e logo passa à discussão da **Pauta: 1 - Expediente: 1.1. Aprovação das atas anteriores.** Atas aprovadas e assinadas. **1.2. Correspondências expedidas e recebidas.** **RECEBIDOS:** E-mail indicando coordenadora da comissão Promoção de Saúde: Suzany Olibone, de 17 de fevereiro. E-mail indicando coordenador da comissão Ética, Conduta e Atenção ao Profissional de Saúde: Claudemir Gonçalves. E-mail com justificativa de ausência de Dineusa Aparecida Souza (Titular/NUCRESS), de 17 de fevereiro. Justificativa de ausência do CRMB, recebida em 03 de fevereiro, sobre a reunião do dia 04. Justificativa de ausência do CONTER, sobre reunião no dia 13 de fevereiro, Natali justificou para esse dia também. Justificativa de ausência da Biblioteca Bem Viver, sobre a reunião do dia 12 de fevereiro. E-mail da Controladoria, de 13 de fevereiro, assinado por Enio Henrique Gonçalves, com assunto: Prestação de Contas/Informar Controladoria, sobre parecer referente à apreciação do relatório de gestão do Poder Executivo. **EXPEDIDOS:** Não houve. **Quanto à resposta do e-mail da Controladoria, Otavio ficou como relator.** **1.3. Verificação de Presenças.** Verificadas. **1.4. Coordenações das Comissões.** Otavio diz que não há como ver sobre as coordenações agora, pois as comissões que se tinha no COMUS não atendia as especificações legais e primeiro seria necessário passar pelo Regimento Interno para adequação. Henrique pontua ser importante fazer um relato da comissão do Regimento, além das Comissões do HMRC e da UPA (para estas duas o presidente faz o relato). Gévelyn diz que no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD há a Comissão de Acessibilidade e coloca esta à disposição do COMUS para que atuem juntas na promoção à saúde. **1.5. Informes Gerais.** Sem informes. **2 - Ordem do dia: 2.1 Relatório das Atividades do COMUS.** Claudemir diz que há relatos e Henrique fala sobre montar um portfólio do COMUS. O presidente ressalta que essa seria uma tarefa que a secretária executiva do conselho poderia realizar, porém ainda não há, por mais que tenha sido solicitado, como esclarece Otavio. Henrique irá ver como a Casa dos Conselhos pode ajudar nesse sentido. **2.2 Considerações a respeito da visita técnica a UPA das Nações.** Otavio lembra que foi feita visita à UPA no ano passado, porém a situação em que se encontrava a Unidade era deplorável, completamente fora dos padrões do Ministério da Saúde etc., e a visita feita antes da reinauguração causou-lhe surpresa pois estava nos padrões e literalmente excelente, parabeniza os engenheiros da obra. Otavio diz que, em 2016, após o projeto ter sido rejeitado, apesar disso segue-se e questiona-se como o conselho permitiu algo assim; continua e diz que em 2016 ainda há readaptações, todas negadas e, ao iniciar a nova gestão ao menos dois foram enviados, porém voltaram e pergunta o por que não ter sido contatado os engenheiros e assim, ter sido mais eficiente. Ressalta que, para alguns equipamentos houve permuta e ressalta que, a partir do momento que houve compra, dinheiro foi gasto e na prestação de contas é preciso constar isso. O conselheiro prossegue e diz que a Secretaria Estadual de Saúde pontuava sobre falta de engenheiros especializados, porém a AMFRI os têm; diz esperar que o município consiga "sair do vermelho" enquanto contratação pois entende ser o ideal, ao invés de seleção. Henrique diz a partir da primeira visita também não vislumbrava que as adequações necessárias iriam sair, fala sobre a questão dos funcionários, pois não adianta ter um ambiente de qualidade e uma equipe ruim, faz apelo à Secretaria de Saúde para manter uma equipe de qualidade elevada e que conheçam os protocolos. Otavio diz sobre a necessidade dos protocolos de atendimento organizados pelo Ministério da Saúde serem apresentados no COMUS e ser feita uma Resolução e os protocolos que não há, que sejam criados. Paula questiona sobre acreditação, se caberia para o Hospital e Marcelo diz sobre dificuldade de conseguir certificação por ser cara. Henrique fala sobre educação continuada para profissionais do Hospital e para a UPA. Otavio fala sobre pacientes que saem das Unidades sem exame bioquímico e que seja esse um protocolo mínimo. Alceu pontua sobre prontuário integrado e Marcelo diz sobre o uso do Branet, como sistema que tem por intenção unificar toda a rede. Henrique diz que a população também precisa conhecer os parâmetros de Urgência, Emergência, fala sobre ser colocada informativo da **Triagem e Protocolo de Manchester** na UPA. Suzany lembra que a RUI estava fazendo uma discussão com todos os municípios

acerca de um protocolo unificado. Henrique pontua sobre importância de (re)triagem para acompanhar a evolução dos pacientes nos atendimentos. Gévelyn diz que a Comissão de Promoção de Saúde poderia criar informativos sobre a triagem para publicização e, junto ao CMDPD, pequenos vídeos informativos. Henrique fala sobre expedição de declaração e atestado e inclusive que este último não é obrigatório por lei. **Sobre o parecer**, Otavio lembra que houveram discussões no ano passado sobre a apresentação ou não apresentação e, como a Lei Complementar 141/2012 deixa em aberto, foi lançado em data posterior ainda em 2012, uma regulamentação pelo Conselho Nacional de Saúde sobre prestação a cada três e a cada quatro meses e existe uma: prestação de contas totais até 30 de março e, como não foram apresentadas nenhuma delas e comunica que em sua relatoria irá colocar sobre a reprovação total das contas. Marcelo lembra que a discussão passada era sobre a prestação trimestral e quadrimestral, fala que foi levada a questão ao Ministério Público, este havendo respondido sobre a desnecessidade da trimestral e somente quadrimestral, conforme a Lei 141 citada. Mateus diz que as apresentações quadrimestrais foram apresentadas na Casa Legislativa (Câmara de Vereadores) e a próxima está marcada para dia 28. **Mateus esclarece que o parecer que o TCE sobre as contas do Prefeito tem que ser entregue até abril e é com base no relatório de gestão que é apresentado até 30 de março (de todo o período)**. Gustavo diz que nem seria o caso de aprovação ou desaprovação e, para efeitos práticos, não foram recebidas as contas pelo COMUS e, declara assim que, poder-se-ia consignar que o conselho não teve acesso às contas, que foram aprovadas pela Câmara de Vereadores e a consulta da Controladoria deve ser destinada à Câmara para que eles se manifestem sobre a aprovação. **Otavio ressalta que a aprovação tem que ser feita pelo conselho**. Mateus esclarece que o relatório dos três quadrimestres são objetos de apreciação e não de aprovação, mas o Relatório Anual de Gestão, que é apresentado na Câmara (que também aprova as contas do Prefeito depois que o TCE analisa) passa para aprovação no COMUS. Após alguns minutos de discussão a respeito de apresentação ou não das contas trimestralmente no conselho, Gustavo faz uso da palavra pontua que é preciso objetividade. Claudemir questiona para que o conselho serve e fala da importância de receber a prestação de contas no conselho também. Kaita pergunta se algum conselheiro foi na última prestação que foi apresentada na Câmara. Otavio diz que não foi pois não ficou sabendo. O presidente Henrique pontua que entendeu o posicionamento do Ministério Público e entende que, se o COMUS vê que a lei não está interessante para o conselho, é preciso utilizar recursos; como não há obrigação, e há coisas que podem ser imorais mas não ilegais, o COMUS precisa ver a viabilização de modificar a questão de apresentação. Gévelyn sugere convite sempre para que o conselho seja comunicado. Kaita relembra que dia 28 haverá apresentação na Câmara. **2.3 Explicação da Secretária de Saúde ao COMUS, sobre a audiência judicial realizada na Vara da Fazenda Pública de Balneário Camboriú no dia 11/02/2020, sobre o fechamento do Hospital Ruth Cardoso**. Marcelo trouxe a ata da audiência; informa as presenças no dia de representantes: do Ministério Público, o Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, Município de Camboriú (representados pelo Procurador Geral e Secretário de Saúde), Município de Porto Belo, Município de Itapema e Município de Bombinhas, Marcelo José Ramos (Macrorregional de Saúde), entre outros. Marcelo diz que, na defesa de Balneário Camboriú, este município pediu para incluir na ação esses outros municípios da região no polo passivo, ao que o MP concordou e em complementação, *o autor requereu a inclusão dos seguintes pedidos: a) condenação dos municípios de Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas a obrigação de fazer, de implementar e comprovar mensalmente o oferecimento de serviços de saúde com atendimento médico de urgência 24 horas, tendente a tratar primordialmente pacientes adultos e crianças com problemas de saúde de baixa complexidade e b) obrigação de fazer e buscar de forma conjunta, solução jurídica-administrativa para manutenção do HMRC (...)*. Marcelo lê as propostas que o MP apresentou. O presidente pontua que a política pública tem que ser vislumbrada por cada município e os Prefeitos que nem vão a essas audiências têm que começar a criar responsabilidade e o conselho precisa se posicionar a respeito disso. Henrique diz que o COMUS precisa acompanhar a resposta a respeito da audiência pública e Marcelo diz que irá repassar número de cadastro ao e-mail do conselho para o acompanhamento do processo. O presidente fala que é importante deixar registrado a indignação do conselho sobre esse tipo de situação. Claudemir diz ser importante lembrar que o HMRC já nasceu de forma errada, pois era porta fechada, mas acabou atendendo portas abertas e assim permanece até hoje. Marcelo diz que há oito hospitais na AMFRI, mas só dois resolvendo o problema: HMRC e Hospital Marieta (Itajaí). Henrique ressalta que os mais prejudicados nisso tudo, além deste município, é a população dos outros; ressalta que este é um ano de eleição e pontua que há falta de política pública. **2.4 Informações sobre o matriciamento pelo NASF, seu funcionamento e 2.5 Como está o programa Melhor em Casa**. Ilva faz uso da palavra e diz que houveram alterações a partir de uma portaria do Ministério, que foi publicada em novembro e a partir disso, a Secretaria de Saúde está analisando várias coisas, inclusive alguns projetos que antes recebiam custeio,

não entrou na lista de programas/estratégias que vão continuar recebendo. Ilva informa que a diretora **Caroline pediu espaço na pauta de reunião para apresentar os dois programas e também as outras alterações que devem acontecer até setembro para adequar a realidade do município às alterações. O presidente Henrique pede que esse pedido seja feito por e-mail, à secretaria da mesa diretora com prazo de trinta dias para questão de organização.** Otavio faz um questionamento: o cadastramento do município no NASF e no Melhor em Casa continua? Ilva diz que não sabe responder no momento, pois a sua pasta é da Atenção Básica e a pergunta é para o Planejamento de Projetos/Estratégias. Otavio diz sobre informação de que esses dois programas não estavam mais contemplados pela Prefeitura, pontua que quer uma resposta objetiva porque se não, parece enrolação, diz que até agora não foi respondido e que quando se faz uma pergunta mais objetiva, a resposta é "não sei", então quem sabe e não acontecem? Henrique sugere enviar ofício e Otavio diz que já foi enviado e as respostas que chegam sem respostas ou respostas incompletas. Ilva fala que entre os envolvidos nessa questão estão: Andressa - Secretária -, Aline - diretora de Planejamento, Rozalie - Assessora Técnica - e Priscila. Eliz pergunta sobre este município bancar o NASF e Ilva esclarece: as alterações chegaram em novembro, no mês de dezembro teve a saída de diretores e Aline assumiu a função recentemente e todas as propostas que vinham sendo discutidas sobre o NASF e Melhor em Casa, até a publicação desta portaria era de um jeito, por isso é importante a gestão se reúna e discuta isso, ver as prioridades. Ilva diz que não está na qualidade de falar no nome da gestão, considera desnecessário o tom do questionamento, diz sentir-se agredida e pontua que, até para quem está assistindo pode parecer que ela que não quer dar informação ou que está enrolando e não é assim, diz ser desnecessário. Otavio pede desculpas pois se pareceu, não foi seu objetivo. Otavio pergunta se até novembro, antes de sair a portaria, havia problema no funcionamento no NASF 1, NASF 2 e Melhor em Casa. **Ilva pede encaminhamento de questionamentos por ofício à Secretaria.** Henrique pontua que estava em pauta e poderia ter vindo alguém responsável do NASF e Melhor em Casa para discussão dos assuntos. Ilva diz que isso será passado à Secretaria e todos os esclarecimentos serão feitos. Claudemir lembra que Eliz e ele enviaram dois ofícios questionando sobre a RAPS e as respostas evasivas; diz sobre o programa Não Dê Esmola, sabe que há o Abraço, mas não acontece a RAPS como tinha que ser e o COMUS pode trabalhar junto nesse sentido. Eliz fala sobre é preciso resgatar as respostas dos ofícios a respeito da RAPS e índices de suicídio, pois em ata consta que estaria em pauta no início deste ano e que considera ter havido equívoco nessas respostas. Ilva fala que a respeito de programas que fala-se que estão sendo discutidos há um ano e neste momento há perguntas, e a Secretaria não respondeu, houve alteração de política no final do ano, de modo que há um ano era de um jeito e a partir do final do ano é de outro jeito. Ilva diz que, quanto a situação do NASF antes da mudança, Suzany também poderia se manifestar, pois ela estava na Divisão de Saúde; fala que a partir da alteração, se requer bastante trabalho para colocar ao conselho; a conselheira diz que há um prazo para até agosto remodelar o sistema, em especial a Atenção Básica. Claudemir discorda que houve grande mudança de um ano para outro, pois o primeiro relatório foi evasivo e não foi informado nada, então a Prefeitura ou o Município não sabia sobre ou não pode informar e em janeiro ocorreu novamente, resposta tão evasiva quanto a anterior. Ilva diz sobre o ofício que ela respondeu e foi encaminhado pelo COMUS: a respeito da cobertura vacinal de quilombolas e cooperativa de catadores. Suzany diz que em relação ao NASF e Melhor em Casa, no dia da exoneração de Grei e dela, em 26 de novembro, houve reunião do COMUS e Grei havia sido chamado para falar sobre as dificuldades do NASF - que era atribuição da Atenção Básica junto ao Planejamento. Suzany informa que o Melhor em Casa estava sob responsabilidade da Enfermeira Priscila, que explanou em duas reuniões anteriores sobre o Melhor em Casa no COMUS. Quanto aos ofícios, Suzany diz que todos os que foram encaminhados no dia 27 de dezembro foram os que os conselheiros já haviam pontuado como reiterar para a Secretaria as solicitações, inclusive o ofício sobre vacinação das comunidades quilombolas era pedido da conselheira Dineusa e, aos catadores de materiais recicláveis pedido pela COOPERMAR. Gévelyn questiona quem é atendido pelo Melhor em Casa e lembra de um caso, passado por este conselho, sobre pessoa acamada e poderia ter sido atendido pelo Melhor e Casa; a conselheira pede que este conselheiro notifique ao CMDPD e CMIBC - Conselho Municipal do Idoso para informar. **Próxima reunião do COMUS: 19 de fevereiro, amanhã, às 18 horas.** Gévelyn pede a palavra e diz sobre a necessidade de participação de representantes da saúde, inclusive o COMUS, para participar de Comissão da Conferência da Pessoa com Deficiência, a qual irá ocorrer até 30 de abril. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerra a reunião às dezesseis horas e trinta minutos e eu, Francielly Vianna, da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.







